



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

07/04/2021

Local: Com transmissão online pela plataforma do meet.

Horário: 13h30 às 17h45

MEMBROS PARTICIPANTES

SEJUF – presencial e por web conferência	COGEMAS – participação por web conferência
Larissa Marsolik (titular)	Elias de Souza Oliveira
Renata M. dos Santos (suplente)	Márcia Regina Ferreira
Bruna Tinoco (titular)	Deonísio Bortolo
Samanta Krevoruczka (titular)	Cleusy Nascimento
Manoel Tadeu Barcelos (titular)	Cleverson Silva dos Santos
Rosely Lemos (suplente)	Claudia Estorilio
Luciane Costa (suplente)	Roseli Godoi
Paula Calsavara (suplente)	Lucilene Diorio
Fernanda Heberle (suplente)	Ana Paula Nazarko
Larissa Sayuri Iamaguchi (titular)	

Membros da Secretaria-Executiva:

Fernanda Greca Martins – Secretária Executiva CIB/PR;
Bruna Butyn – Apoio Técnico/Secretaria Executiva;
Juliana Fernandes - Apoio Técnico/Secretaria Executiva;

Demais Participantes: Adrianis Galdino Júnior – Presidência CEAS; Keity Cruz -CAOPDH;
Carmen Zadra (ouvinte), Marjorie Cavalheiro (ouvinte), Vandete Silva (ouvinte), Rosana Macedo (ouvinte), Lucineia Andrade (ouvinte), Elesandra Silva (ouvinte), Loraine O'Donnell (ouvinte), Tamires Roza (ouvinte), Luana Lubke (ouvinte), Mila Rodrigues (ouvinte), Neuzeli Bertolla (ouvinte), Patricia Cavichiolo Tortato (ouvinte), Marlene Batista (ouvinte), Magali Socher (ouvinte).

Pauta:

1. Aprovação da pauta da reunião;
2. Aprovações da Memória da Reunião Ordinária Março de 2021;
3. Informes da Sec;
4. Informes DAS/SEJUF (Resoluções CIB 01, 02 e 03/21);
5. Informes COGEMAS;
6. Informes CIT.



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

Para Pactuação:

7. Imunização dos trabalhadores do SUAS;
8. Processo de organização em blocos do cofinanciamento estadual e a Instituição de Câmara Técnica do Financiamento;
9. Ampliação e reformulação do Incentivo Benefício Eventual – FIA;
10. Panorama das demandas de atendimento do INSS nos CRAS;
11. Instituição de Câmara Técnica do Atendimento ao Indígena.
12. Encerramento.

Abertura:

A coordenadora Larissa deu boas vindas a todos os gestores, gestoras e convidados, informou que é a segunda reunião com a nova composição. Agradeceu a participação de todos, e reforçou que, mesmo de maneira híbrida ou à distância, todos os gestores são bem-vindos para acompanhar a reunião.

Os membros COGEMAS, presidente Márcia e o vice-presidente Elias, cumprimentaram à todos os presentes, desejando boas vindas e uma excelente reunião.

1. Aprovação da Pauta da reunião:

Elias solicitou a inclusão de pauta: CapacitaSUAS.

A inclusão da pauta e a pauta foram submetidas à pactuação e em apreciação foram aprovadas pelos membros da CIB/PR.

2. Aprovações da Memória da Reunião Ordinária de Março de 2021;

Aprovação das Memórias de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020 que estavam pendentes. A memória do mês de março de 2021 será levada para aprovação na próxima reunião da CIB, em maio.

3. Informes da Sec.;

A SEC Fernanda informou sobre a publicação no DIOE das Resoluções nº001/2021– CIB/PR, nº002/2021 – CIB/PR e nº 003/2021 – CIB/PR, que foram pactuadas na reunião de março.

Publicação da nova e atual composição da CIB no DIOE, via Resolução nº 070/2021 – SEJUF.

4. Informes DAS/SEJUF;

A coordenadora Larissa informou que o Estado do Paraná vai realizar a Conferência Estadual de Assistência Social, esclarecendo que no atual momento que vivenciamos não há indicadores sanitários que possibilitem a criação de estruturas para participação presencial, portanto, ocorrerá de forma online. A Comissão Organizadora da Conferência e do Conselho Estadual estão se reunindo para pensar em estratégias de ampliação da participação dos usuários, e, nesse momento, o apoio dos municípios e prefeituras é essencial, os quais devem também se mobilizar para que os usuários tenham acesso aos equipamentos e à rede de internet para participação na conferência virtual. Destacou a pauta da última reunião do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social (FONACEAS). O FONSEAS reuniu-se na última semana, sendo que um dos pontos de pauta importantes foi a questão do processo eleitoral dos representantes do FONSEAS na CIT e a vacância dos cargos, principalmente na região Sul. Por fim, informou



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

que o DAS está finalizando a primeira rodada de encontros com os 22 Escritórios Regionais do Paraná, que têm por objetivo introduzir os novos Gestores Municipais das regionais ao trabalho realizado pela SEJUF, nessa dinâmica entre o DAS e os Escritórios Regionais, apresentando a estrutura necessária a ser mantida e toda organização do Departamento de Assistência Social e suas Divisões.

5. Informes COGEMAS;

A Presidente do COGEMAS, Márcia, agradeceu o convite da Coordenadora Larissa para participar da última reunião do CEDCA, na qual foi pactuada a deliberação de benefícios eventuais para os adolescentes ameaçados de morte e suas famílias. Relata que agora a esperança é de uma nova deliberação para os adolescentes ameaçados de morte que contemple os municípios de Pequeno Porte II. O Vice-Presidente do COGEMAS, Elias, reforçou a questão da vacinação dos trabalhadores do SUAS, relatando que foi aprovada a inclusão dos trabalhadores do SUAS no plano de priorização e que a proposta chegará ao Senado Federal nos próximos dias. Informa que no dia 09/04 ocorrerá um encontro do CONGEMAS e FONSEAS com a Secretaria Nacional de Assistência Social, a qual possui uma demanda fundamental em relação à inclusão do FONSEAS e do CONGEMAS na Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Assistência Social. No dia 12/04 o CONGEMAS realizará uma reunião com a Defensoria Pública de Direitos Humanos da União em torno das pessoas que não serão atendidas pelo auxílio emergencial.

6. Informes CIT.

A coordenadora Larissa informou que a CIT não aconteceu novamente, e que o governo federal justificou que isso ocorreu pela ausência de representatividade e legitimidade devido à ausência de publicação e alterações no colegiado de gestores municipais. Entretanto, relata que essa não é uma verdade; atualmente as reuniões da CIT não estão discutindo e contemplando as pautas prioritárias da política de assistência social, e que o Estado deve manter esse movimento de debate independente da ocorrência das reuniões da CIT. Foram apresentadas sugestões de encaminhamento para a próxima reunião da CIT os seguintes pontos de pauta: orçamento ordinário da política de assistência referente ao exercício de 2021 e a previsão de recursos do IGDSUAS e do trabalho infantil; o orçamento emergencial para atender novas demandas recorrentes da pandemia; apresentação da secretaria nacional de assistência sobre o cofinanciamento de 2020; a possibilidade de discutir sugestões de aprimoramento e preocupações ainda não apresentadas de alterações no CadÚnico e no Bolsa Família, proposições de articulação do Ministério da Cidadania junto ao CNAS para inclusão dos representantes dos estados e do CONGEMAS na Comissão Organizadora da Conferência Nacional, considerando a corresponsabilidade que os Estados assumem diante a Conferência Nacional.

Assuntos para Pactuação:

7. CapacitaSUAS (INCLUSÃO DE PAUTA).

O Vice-Presidente do COGEMAS, Elias, relatou que, através do contato com os representantes das universidades e municípios que cedem a estrutura para o CapacitaSUAS, está havendo um diálogo sobre a forma de pagamento dos recursos humanos do programa, pois a forma de pagamento “RPA” trouxe algumas dificuldades em edições passadas. Pontuou a necessidade de



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

se discutirem formas para acelerar o processo do CapacitaSUAS, e se há possibilidade de realizar, enquanto CIB, uma incidência política junto à Procuradoria e um diálogo entre SETI/SEJUF, para contribuir com esse processo decisório, de modo a defender que pagamento seja feito pela modalidade Bolsa, pois oferece maior celeridade aos professores das capacitações. O presidente do CEAS, Adrianis, concordou com a fala de Elias, afirmando que o pagamento por RPA causa diversos pontos de dificuldade para o recebedor dos professores e que a recomendação do pagamento por bolsa é válida e importante. Os membros Manoel e Paula Dantas (DGSUAS) informaram sobre a realização de uma reunião de alinhamento junto a SETI e à PGE, na qual foram discutidas a questão de documentação, formato de contratação e remuneração dos professores, relatando que o modelo utilizado nas edições passadas não poderá ser utilizado, e que a DGSUAS está criando um documento de direcionamento para a construção das normativas de contratação e remuneração. Informam que o CapacitaSUAS está próximo de se efetivar, pois já possuem uma estrutura posta e o recurso em conta, e aguardam apenas pelo direcionamento da PGE sobre a contratação das universidades estaduais e da remuneração dos professores. Em razão dos impactos em relação ao pagamento/recebimento dos professores e aos efeitos que o pagamento por RPA causa na questão do imposto de renda, sugeriu-se o encaminhamento de uma recomendação de pagamento por meio de Bolsa, como já foi executado em outras ocasiões e pactuado pelo Estado, dado que a modalidade já possui amparo legal. A CIB sugeriu ainda que o CEAS acompanhe a recomendação para fortalecimento da pauta. **Pactuado pela unanimidade dos membros o encaminhamento de uma Recomendação da CIB para a SEJUF e SETI.**

8. Imunização dos trabalhadores do SUAS;

A Presidente do COGEMAS, Márcia, informou que já solicitou agenda com o Secretário de Estado Ney Leprevost para discutir sobre a priorização da vacinação dos trabalhadores do SUAS, e convidou o presidente do CEAS, Adrianis, para se juntar a esse encontro. O Vice-Presidente do COGEMAS, Elias, sugeriu enviar o documento já elaborado pelo CONGEMAS, junto com a proposta da pactuação. Elias pontuou que, embora os trabalhadores do SUAS estejam contemplados no plano de imunização, deve-se considerar que a assistência social não interrompeu em nenhum momento suas atividades, pois é ela que garantiu proteção social à população, sobretudo no fornecimento de benefício eventual nesse momento de pandemia. Segundo ele, a vacinação dos trabalhadores do SUAS trará mais segurança tanto à saúde dos servidores, como à ampliação da sua capacidade protetiva no seu ambiente de trabalho. Portanto, a prioridade de vacinação se dá pela necessidade de um trabalho contínuo que assistência social exige e que a população necessita. Informou que a base da solicitação será um documento feito pelo CONGEMAS, constando os dados nacionais e do Estado para fazer o convencimento. Diante disso, solicitou a contribuição de uma listagem completa com o número de trabalhadores da rede SUAS estadual, número de equipamentos e serviços para se agregar a redação do texto a ser encaminhado. A Coordenadora Larissa relatou que, em partes, o Estado já acolheu em 2020 a priorização da vacinação dos trabalhadores, mas que esta não ocorre da forma esperada. Portanto, o fortalecimento da pauta é necessário, e o reconhecimento público pelo Governo do Estado como sendo a assistência atividade essencial é um importante passo dado. Informou também que FONSEAS também tem se posicionado publicamente, e que esse não é um movimento isolado. Neste momento, sobreveio sugestão de produção de um Ofício Conjunto entre



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

CEAS e a CIB ao Secretário de Justiça e ao Secretário de Saúde recomendando a imunização imediata dos trabalhadores do SUAS. **Pactuado de forma unânime pelos membros da CIB.**

9. Processo de organização em blocos do cofinanciamento estadual e a Instituição de Câmara Técnica do Financiamento;

Manoel informou sobre a criação do Grupo de Trabalho (GT) de Financiamento, em paralelo aos Grupos de Trabalho da DGSUAS, DPSB e DPSE. O GT de financiamento vem concentrando esforços sobre a Resolução nº 276/2018 – SEDS referente ao financiamento, ARCPF, PMAS e acompanhamento, trazendo a preocupação de finalizar o trabalho da Resolução, criando uma nova organização através de blocos de cofinanciamento. Relatou que o processo de organização de cofinanciamento estadual por blocos facilitará o procedimento de prestação de contas, em razão do acúmulo que se faz sobre esse processo, considerando que a prestação de contas movimentada aproximadamente 375 processos por semestre, e 750 processos por ano. Além da condução do processo, que ocorre em torno de 205 dias, muito acima do indicado pela Resolução. As vantagens dos blocos de cofinanciamento, nesse sentido, amenizaria tal acúmulo, possibilitando um alinhamento com os municípios, escritórios regionais, com o Departamento de Assistência Social e o financeiro. Diante disso decidiu-se desmembrar a Resolução nº 276/2018 em 4 resoluções distintas, uma que vai tratar especificamente dos blocos de financiamento e trabalhar diretamente com o financeiro, sendo necessário estruturar toda a aba que concentra a questão dos blocos de acompanhamento aos repasses e prestação de contas. Os outros produtos tratariam sobre o ARCPF, os Planos Municipais de Assistência Social, e o acompanhamento. A reconstrução da resolução diminuirá a sobrecarga dos municípios, além de trazer uma maior qualificação e flexibilização do uso dos recursos e da prestação de contas. A Coordenadora Larissa colocou como sugestão a constituição de uma câmara técnica de financiamento que iniciasse seu trabalho pensando no reordenamento dos blocos, mas que em sequência, de maneira permanente, tenha o objetivo de aprofundar a discussão referente às prestações de contas e aos repasses. Proposta de 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes representantes do órgão estadual e 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes representantes do COGEMAS. **Pactuada a instituição de uma Câmara Técnica de Financiamento de forma unânime pelos membros da CIB, de composição paritária entres membros da CIB (gestores e governo), constituída de 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes para cada segmento.**

10. Ampliação e reformulação do Incentivo Benefício Eventual – FIA;

Pela integrante Renata M. dos Santos foi informado que este ponto já havia sido pactuado na CIB em reunião anterior (Reunião Ordinária de Março/2021) e deliberado no CEAS (Reunião Ordinária Março 2021), e que neste momento se objetiva a proposta de reordenamento da Deliberação nº 42/2020 – CEDCA, sobre o atendimento para crianças e adolescentes ameaçados de morte e suas famílias. Na Resolução 001/2021 da CIB a proposta pactuada foi de atendimento emergencial via benefícios eventuais com recursos do FIA. Após apresentação da pauta em reunião do CEDCA, foram expostos questionamentos, onde se relatou a necessidade de rever e aprofundar a proposta no sentido de se criar um programa de atendimento a esse público. Em sequência foi realizada outra reunião específica com diversos membros e conselheiros CIB, CEDCA, CEAS, COGEMAS, entre outros, e discutidas formas de aprimorar e viabilizar a proposta. Foi sugerido que a proposta não se limitasse apenas à oferta de benefício eventual (como



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

pactuada via Resolução 001/2021 CIB), mas que abrisse também uma linha de serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, entendendo que em algum momento haverá a possibilidade dos municípios precisarem fazer a oferta desse tipo de serviço. Considerando também as discussões passadas, decidiu-se pela adesão de outro recurso no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões) para atender aos municípios de Pequeno Porte II, o qual ainda não tem aprovação, mas já foi apresentado e não teve questionamentos contrários junto ao CEDECA. Portanto, a proposta que se almeja neste item é de uma retificação da Resolução anterior (001/2021 - CIB), ampliando duas questões: a ampliação de atendimento para os municípios de pequeno porte II, e a instituição de uma comissão que faça o acompanhamento desses casos com a autonomia do gestor municipal. Seguindo a nova proposta, os recursos ficaram organizados da seguinte forma: Metrópole - R\$400.000,00; Grande Porte I - R\$300.000,00; Grande Porte II - R\$210.000,00; Médio Porte R\$100.000,00; e na segunda linha, **R\$80.000,00 para cada município de Pequeno Porte II**. Elias pontuou as dificuldades de diálogo na reunião CEDECA, reforçando a necessidade urgente de instituição de uma câmara técnica ou comissão de políticas integradas entre CEAS e CEDCA para alinhar o entendimento do CEDCA sobre sua função e sobre a responsabilidade e funcionamento da política pública de assistência social. Carmem relatou sua preocupação referente a trazer o PPCAAM para dentro da rede de atendimento, que se encontra precarizada e com redução de orçamento, não tendo capacidade de receber esse tipo de demanda e fornecer a segurança necessária aos adolescentes. Elias informou que a dimensão de acolhimento, nesses casos, segue por outro caminho, a criança em situação de risco não será colocada no acolhimento institucional da sua cidade ou da cidade vizinha, a discussão seria de um acolhimento na área da saúde, sobretudo da saúde mental, ou mesmo usando o recurso do benefício para acolher o adolescente em hotéis em outros municípios, etc. Renata reforçou que a questão do acolhimento não é a substituição da entrada do PPCAAM, e que isso será informado no texto de reconstituição da deliberação. A Coordenadora Larissa concluiu que esse é um caminho utilizado para fortalecer a rede de Assistência Social e que tal estratégia, no momento da emergência, já é o suficiente para pagar o aluguel, o deslocamento e o retorno do adolescente para a casa de um familiar distante. O PPCAAM leva de 40 a 50 dias para fazer uma análise da situação, e nesse período a rede de assistência social já poderia atuar para auxiliar a criança ou o adolescente ameaçado de morte. Sobreveio, nesse momento, sugestão de criação de câmara técnica pelo CEAS com convite à CIB e ao CEDCA para discussão das pautas conjuntas, validação das notas técnicas e orientações do governo do estado para execução das deliberações, a ser analisada futuramente pelos membros CIB. Colocada em votação a **Ampliação e reformulação do Incentivo Benefício Eventual – FIA, foi pactuada a alteração da Resolução CIB n.º 001/2021 de forma unânime entre os membros.**

11. Panorama das demandas de atendimento do INSS nos CRAS;

A integrante Renata apresentou o Grupo de Trabalho ER/DPSB. O GT tem o objetivo de discutir os serviços, programas, projetos e ações da Proteção Social Básica no âmbito dos municípios. Por meio das reuniões do grupo, foram levantadas questões pertinentes a serem discutidas nos encontros, como: PAIFI e PAEFI, benefícios eventuais, saúde mental dos trabalhadores do SUAS em tempos de pandemia e a sobrecarga do CRAS em atender às demandas do INSS. Diante disso foi criado o “Diagnostico das Demandas Previdenciárias Atendidas no Âmbito da Proteção Social Básica”, que foi apresentado pelas técnicas Elessandra (ER Ivaiporã) e Thamires (ER



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

Apucarana). O diagnóstico foi feito através de um levantamento de dados realizado por meio de envio de questionário aos municípios de abrangência dos Escritórios Regionais de Apucarana e Ivaiporã. Os dados revelaram a quantidade de atendimentos que deveriam ser realizados pela política previdenciária, mas estão sendo demandados e atendidos pela proteção social básica, junto aos CRAS. Entre os municípios que responderam ao formulário, 60% relataram que o atendimento das demandas do INSS recaiu sobre o CRAS. As relatoras informaram que os atendimentos relacionados às demandas previdenciárias nos CRAS correspondem a mais de uma semana de trabalho mensal das equipes técnicas em municípios de pequeno porte. Os sistemas de acesso são lentos e sem instabilidade, os atendimentos demandam muito tempo e fragilizam o trabalho realizado com as famílias, a equipe se encontra sobrecarregada além de não possuir conhecimento técnico e acesso à informação que permitam atender as questões de ordem previdenciária. Portanto, os municípios apresentaram o entendimento de que não há possibilidade de vincular os serviços do INSS ao CRAS, solicitando a possibilidade de encaminhamento da pauta para outras instâncias de discussão e encaminhamento da demanda por meio do apoio da SEJUF. A integrante Renata sugeriu o envio de uma planilha eletrônica (Excel) aos municípios, para que preencham por 02 (dois) meses, informações relacionadas aos atendimentos previdenciários no CRAS e, após isso, seja o formulário eletrônico devolvido e disponibilizado para sistematização de dados, com os dados registrados no período. O objetivo final consiste em realizar uma análise acerca dos dados, trazendo este estudo para ciência das instâncias de pactuação, e, por fim, realizar uma incidência nacional, pois esta questão tem impactado diretamente sobre a proteção social básica. Colocado em aprovação o item pertinente ao **Panorama das demandas de atendimento do INSS nos CRAS, foi pactuada a implementação dos questionários junto aos municípios (CRAS) pela unanimidade dos membros.**

12. Instituição de Câmara Técnica do Atendimento ao Indígena.

A integrante Renata relatou que atualmente o Paraná possui um total de 4.306 famílias indígenas cadastradas ao CadÚnico, sendo que muitas ainda não possuem o registro. Diante disso, faz-se a proposta de instituir uma Câmara Técnica de Atendimento ao Indígena. Muitos municípios do Estado possuem aldeias com diversas demandas provenientes dessa população; Além disso, diversos municípios também recebem a migração de indígenas – que vivem em situação de forma itinerante e em constante vulnerabilidade e risco social. Face ao relatado, sugeriu-se a criação de uma câmara técnica com plano de ação estratégico, com o objetivo de construir respostas a essas demandas, pactuar e deliberar metodologias de trabalho. Colocado em aprovação, foi **Pactuado de forma unânime a instituição da Câmara Técnica do Atendimento ao Indígena, constituindo-se de composição paritária entres membros da CIB (gestores e governo), composta de 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes para cada segmento.**

13. Encerramento:

Sem mais pontos a serem pactuados, a Coordenadora agradeceu a todos(as) pela participação, encerrando a Reunião.